



Orçamento 2018

“É durante as fases de maior adversidade que surgem
as grandes oportunidades de se fazer o bem a si mesmo e aos outros.”

Dalai Lama

Peva, Novembro de 2017

ABIAS
Caveira
Andreia Brás
Joana Brás
Matias
Pereira

1 - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação Social: Associação Amigos de Peva

Sede: Peva

Contribuinte: 502 218 010

Constituição: 01/01/1989

Actividade Principal: Apoio social a pessoas idosas

CORPOS GERENTES (2015/2019)

Direção

Presidente – José Monteiro Escaleira- Sócio nº25 – Contr. Nº 172426898

Vice-presidente – Manuel António Matias - Sócio nº 10 - Contr. Nº 146277929

Secretário – Andreia Sofia Casimiro Brás - Sócio nº 183 - Contr. Nº 247662330

Tesoureiro – Isabel Maria Oliveira Monteiro - Sócio nº 32 - Contr. Nº 201539551

Conselho Fiscal

Presidente – José Justino Matias - Sócio nº 6

1º Vogal – Márcia Helena Lucas Monteiro - Sócio nº 185 – Contr. nº 247780642

2º Vogal – Carlos Manuel Gonçalves Matias - Sócio nº 99 - Contr. Nº 189032600

Assembleia geral

Presidente – Maria Odete Oliveira Monteiro Pereira - Sócio nº 108 - Contr. Nº 216652626

1º Secretário – Joana Alexandra Casimiro Brás - Sócio nº 182 - Contr. Nº 254711642

2º Secretário – António Manuel Garcia Brás - Sócio nº 7 - Contr. Nº 161150608

2 – PLANO DE ATIVIDADES

Pretende-se com o presente Relatório, dar a conhecer aos sócios as expectativas para o futuro que esta Direção espera alcançar. Este documento, pretende ser um auxiliador dos Órgãos de Gestão da Instituição no sentido de visionarem os objetivos agora definidos e acompanhar a evolução dos mesmos ao longo do ano. Ao planearem-se objetivos, teremos obrigatoriamente de estruturar os recursos para que eles possam ser exequíveis. Iremos analisar as necessidades da Instituição, adequar a sua estrutura à dimensão do serviço prestado, e por isso, a ajuda de todos é fundamental.

2.1. - INTRODUÇÃO

O fator social que mobiliza a atividade desta Associação continua a ser uma responsabilidade à qual ninguém se pode alhear. E em situações de crise económica, maior é a responsabilidade social de Instituições como a nossa em procurar minorar as situações de carência face a evidentes cenários de dificuldade e de pobreza.

Existindo desde 1989, a Associação dos Amigos de Peva, tem como fim principal a promoção do bem-estar social e a melhoria das condições de vida dos utentes que a frequentam. Dispõe, neste momento das seguintes valências:

Valências

ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) - Lar de Idosos

Esta resposta social é desenvolvida em equipamento destinado a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas, ou outras, em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

A **ERPI-Lar**, tem os seguintes objetivos:

- Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida;

- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, com vista à manutenção da autonomia e independência;
- Proporcionar alojamento temporário, como forma de apoio à família;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;
- Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

O Centro de Dia tem os seguintes objetivos:

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes;
- Contribuir para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento;
- Prestar apoio psicossocial;
- Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;
- Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

O SAD tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e atividades da vida diária;

A. B. B. S. P. H.
Cláudia
André Inês
Y. Carolina B. S.
M. T. S.
F. S. S.

- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações inter-familiares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

Neste momento, o número médio de utentes, por valência é o seguinte:

Centro de Dia: 5 utentes

(SAD) – Apoio Domiciliário: 46 utentes

ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) - Lar de Idosos: 60 utentes, embora a sua

capacidade seja de 72.

Os recursos humanos (funcionárias) da Instituição encontram-se distribuídas da seguinte forma, por valências:

Centro de Dia: Entre 2 a 4

(SAD) – Apoio Domiciliário: 4

ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) - Lar de Idosos: 22

Alem dos atuais protocolos, que acreditamos que se manterão nos mesmos termos, nas diversas valências, espera-se para 2018 um aumento significativo nos acordos de ERPI, pelo que se espera, depois de vários anos de espera, que se possa passar dos atuais 20 para mais 40, o que totalizará 60 utentes.

Estamos no entanto conscientes de que o futuro, para além de incerto, é ao mesmo tempo desafiante para quem abraça uma atividade de cariz social como a nossa.

As dificuldades de vária ordem, sentidas por instituições de solidariedade social, passam para além de toda uma conjuntura de dificuldade económica e social, também por exigências das autoridades (várias: ACT, Segurança Social, Autoridade Tributária e Aduaneira...).

... é todo um conjunto de deveres e de muitas obrigações que por vezes esmorece quem procura gerir, de forma desinteressada, as atividades de uma IPSS, como a nossa..!

É preocupação constante desta Direção em ter tesouraria para fazer face a compromissos e tentar, a todo o custo, não defraudar as expectativas dos sócios e da comunidade em geral.

Apesar das dificuldades, tem-se procurado melhorar a qualidade dos serviços que se prestam sem onerar em demasia os encargos da Instituição, que já são elevados. As maiores dificuldades com que a Instituição se debate, estão relacionadas com a boa gestão das valências, espaços e equipamentos afetos. Para tal, tem-se, e continua a ter-se como prioridade a formação contínua dos recursos humanos. Também nesta ótica, as ações de investimento a considerar no decorrer do ano serão na área da eficiência energética, através de candidaturas a fundos comunitários (Portugal2020).

Apesar da situação do país e por arrastamento das famílias, não ser a mais favorável, a Direção continua a encarar o futuro da Instituição de uma forma muito positiva, dada a estabilidade financeira de que goza, fruto da boa gestão que se tem vindo a praticar.

Com esforço de todos, com disciplina e rigor, iremos continuar a trabalhar para que possamos melhorar e aumentar os serviços que disponibilizamos aos utentes.

3. ORÇAMENTO

A projeção da atividade da Associação, traduzida nos seus custos e proveitos, encontra-se expressa no Orçamento para o ano de 2018.

Será de prever que ocorram oscilações em termos de custos fixos e em certas rubricas poderá suceder que os custos venham mesmo a aumentar consideravelmente. Também foi aqui aplicado o nosso conhecimento de anos anteriores para chegarmos a uma previsão para o ano de 2018.

Apesar de já se terem procedido aos ajustamentos das carreiras profissionais, é de se considerar que o maior impacto nas contas se venha a refletir em 2018.

A taxa geral de segurança social continuará nos 33,3% (pelo menos é essa a informação que temos).

A. BAGS

JOC. V. B. S.
André Bagas
Joana Bagas

Nutras



PREVISÃO DE PROVEITOS

Para o ano de 2018, espera conseguir-se um aumento dos acordos de ERPI passando dos 20 para 40. As restantes valências devem manter a atual situação. O aumento da receita em ERPI, decorrerá mais do aumento do número de utentes do que da atualização de mensalidades que porventura se poderiam fazer, que deverá seguir os critérios emanados pela tutela.

Será pois uma sequência do que aconteceu em anos anteriores, como forma de acompanhamento das dificuldades das famílias.

Prevê-se ainda um aumento de receita proveniente de alugueres que se possam fazer resultante do imóvel adquirido em Lavos – Figueira da Foz.

Como vem sendo mencionado em Orçamentos anteriores, a comparticipação financeira da Tutela e de possíveis parcerias, é e continuará a ser fundamental para o funcionamento desta Instituição que tem por missão principal a prestação de serviços à comunidade, agora e depois da revisão dos Estatutos, com um raio de ação que se estende a todo o território nacional e nas valências mais diversificadas, por forma a responder às solicitações da comunidade em geral.

4 – EXPLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS

CUSTOS

a) Custos com o pessoal e Encargos com a segurança social

Prevêem-se que os custos com o pessoal aumentem em 2018 face ao verificado em 2017, derivado da atualização salarial e de eventuais substituições que tenham de se fazer.

Tentamos reconhecer a dedicação incondicional que as colaboradoras têm demonstrado todos os dias ao serviço da instituição e nesse sentido, sempre procuraremos responder na medida das nossas possibilidades ao que a lei nos impõe.

A taxa de encargos com a segurança social vai manter-se nos 33,3%.

Também não foi aqui considerada a possibilidade de serem admitidas funcionárias para fazerem face a eventuais substituições que possam surgir em períodos de férias do pessoal efetivo, bem como CEI ou CEI+ e estágios que venham a ser aprovadas pelo IEFP.

Os custos com o pessoal previsível para 2018, deverá rondar os 280.000 euros, já com a atualização salarial feita em 2017.

a.1) Outros custos com o pessoal

Para além dos referidos, não se espera que hajam grandes oscilações para além obviamente de um aumento do Seguro de Acidentes de Trabalho e de ações de formação que as Colaboradoras venham a frequentar.

b) Cálculo das depreciações

As depreciações irão aumentar por força do investimento que se fez com a aquisição do imóvel em Lavos – Figueira da Foz.

c) Discriminação do valor contido em Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Os FSE seguem a linha de tendência que vêm seguindo em anos anteriores, não se esperando que em termos globais os valores vão além dos 260.000 euros. Os FSE incluem de entre outros os valores pagos à Procatring, serviços de saúde, luz, e material de higiene e de conforto.

Relativamente às refeições fornecidas na instituição, por as mesmas serem fornecidas por um operador externo, os inventários de produtos alimentares, não têm qualquer representatividade no cômputo geral da atividade.

PROVEITOS

Prestações de Serviços

As prestações de serviços da Instituição desdobram-se nas seguintes valências:

Centro de Dia: 5 utentes

(SAD) – Apoio Domiciliário: 46 utentes

ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) - Lar de Idosos: 72 utentes (previsão de aumento dos atuais 60 para 72)

Subsídios do Estado e de Outras Entidades

Sem dúvida que esta Instituição só consegue alcançar resultados positivos, com os apoios que recebe do exterior, sem os quais seria praticamente impossível manter a atividade.

Da Segurança Social recebemos uma comparticipação financeira média de € 19.000/mês, distribuída pelas várias valências que a Instituição dispõe.

De outras entidades públicas como autarquias, tal como no ano 2017, também para o ano 2018 não se prevê apoio relevante.

Projetou-se uma oscilação positiva na componente de ERPI, dado que se espera um aumento do número dos acordos.

Com base nas projeções anteriormente feitas, a expectativa para 2018, considerando todo um conjunto de informação já disponível de anos anteriores, permite-nos à seguinte estimativa de receita:

- Mensalidade de utente: 570.000 euros
- Subsídios à exploração: 233.000 euros

Demonstração de resultados previsual para 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	2018_Estimativa	4% Centro de Dia	90% ERPI	5% Apoio Domiciliário
Vendas e serviços prestados	570.000,00 €	24.435,67 €	515.205,93 €	30.358,40 €
Subsídios, doações e legados à exploração	233.000,00 €	9.988,62 €	210.601,72 €	12.409,66 €
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.100,00 €	47,16 €	994,26 €	58,59 €
Fornecimentos e serviços externos	260.000,00 €	11.146,09 €	235.006,21 €	13.847,69 €
Gastos com pessoal	280.000,00 €	12.003,49 €	253.083,62 €	14.912,90 €
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/Reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	1.000,00 €	42,87 €	903,87 €	53,26 €
Outros gastos e perdas	300,00 €	12,86 €	271,16 €	15,98 €
antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	262.600,00 €	11.257,56 €	237.356,28 €	13.986,17 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	195.000,00 €	8.359,57 €	176.254,66 €	10.385,77 €
operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	67.600,00 €	2.897,98 €	61.101,62 €	3.600,40 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos	67.600,00 €	2.897,98 €	61.101,62 €	3.600,40 €
Imposto sobre rendimento do período				
Resultado líquido do período	67.600,00 €	2.897,98 €	61.101,62 €	3.600,40 €

A concretizarem-se as expectativas deste orçamento, teremos um resultado positivo de 67.600 euros, que reverterá integralmente para a obra de manutenção nos edifício e na parte correspondente à instituição em candidaturas a fundos comunitários.

TOTAL DE CUSTOS	736.400,00 €
TOTAL DE PROVEITOS	804.000,00 €
RESULTADO PREVISIONAL	67.600,00 €

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including "K. Aveiro", "Andréz 3005", "Yama 8005", and "Ant. ac"]

INVESTIMENTOS

Prevêem-se investimentos em equipamentos sociais a serem contemplados em candidatura quer a apoios estatais quer a fundos comunitários, distribuídos pelos seguintes projetos:

- Ações de formação: 10.000 euros
- Equipamento de Fisioterapia: 60.800 euros
- Viatura de apoio domiciliário: 20.500 euros
- Programa Informático de apoio á gestão: 3.500 euros
- Eficiência energética no edifício ERPI: 36.871 euros
- Parque de merendas dos Barrocais: 75.000 euros
- Colónia de férias: 250.000 euros

Para um total de investimento projetado em 500.351 euros perspectiva-se uma candidatura (ou várias) a fundos comunitários de forma a podermos continuar a cumprir o objetivo social desta instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pese embora toda a dinâmica demonstrada e obra feita no terreno, tem-se consciência de que ainda há muito por fazer em termos de melhoria da eficiência dos recursos que temos disponíveis. A integração na equipa de colaboradores qualificados nas diferentes áreas técnicas, é fundamental. Proporcionar formação continua, a todos os colaboradores é uma prioridade para esta Instituição.

Perante um quadro económico e financeiro tão complexo, que atinge os setores público, privado, cooperativo e social, é importante que a equipa de colaboradores se mantenha coesa e empenhada, no sentido de contrariar os efeitos nefastos que pairam sobre a sociedade..!

Continuaremos a procurar todos os meios que nos permitam levar a cabo o desenvolvimento e consolidação da Instituição, bem como encontrar as melhores alternativas financeiras que, de algum modo, possam conferir estabilidade aos recursos que possuímos.

A Direção (data: 5/11/2017)

Presidente

João Manuel Celea

Vice – presidente

Manuel António Matias

Secretário

Andree Sofia Casimiro Brás

Tesoureiro

Isabel Raiz Oliveira Tomé

O conselho Fiscal (data: 19/11/2017)

Presidente

João Manuel Justino

1º Vogal

Carlos Manuel Gonçalves Matias

2º Vogal

Raíza Helena Cerco Monteiro

A Assembleia Geral (data: 19/11/2017)

Presidente

Maria Odele Oliveira Monteiro Pereira

1º Secretário

Yama Alexandra Casimiro Brás

2º Secretário

António Manuel Raíza Brás

ATA 88/2017

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária, à hora e local indicado na convocatória, a Assembleia Geral da Associação dos Amigos de Pera (AAP), em cumprimento da alínea c) do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos.

Aberta a sessão pela Senhora Presidente, Maria Odete Oliveira Monteiro Pereira, trinta minutos depois da hora marcada, em cumprimento do nº 4 do artigo 25º, que após verificar estarem reunidas as condições para o ato, deu início aos trabalhos, respeitando a ordem expressa na convocatória. Assim, começou-se pelo ponto um: "Apreciação e votação do Programa de Acção e Orçamento para a ano 2018", tendo lido o teor do parecer favorável do Conselho Fiscal transcrito na respectiva Ata. De seguida passou a palavra ao Sr. Presidente da Direcção para que pudesse explicar o teor dos documentos em causa. No uso da palavra, começou por afirmar, que se trata de uma previsão realista, onde os objetivos a alcançar são facilmente alcançados, pois não se prevê grande volume de investimentos dependente de financiamento externo. Trata-se mais de uma previsão de boa gestão, estando as expectativas centradas no aumento de acordos para a valência de ERPI, para assim melhorar a rentabilidade desta valência, disse. Salientou também, que a crise em que o

país continua mergulhado, limita a capacidade criativa e obriga a orçamentos de curto horizonte e de risco calculado, onde a receita é cada vez mais a que cada instituição conseguir gerar, saindo-se o apoio por parte do sector público, cada vez mais distante. A compreender este facto, lembrou, tal como vem decorrendo de anos anteriores, os atuais vinte acordos para utentes da ERPI, atribuídos a quando da inauguração desta estrutura (2004). Adiantou ainda, que face a tudo isto e à conjuntura económica do país e em especial das famílias desta região tão desfavorecida, pelo quinto ano consecutivo, não se prevê aumento de preços para os utentes da ERPI.

Dando continuidade aos trabalhos, retomou a palavra a Senhora Presidente, que salientou em jeito de resumo, que o valor previsível para os custos (despesas) seja de 736 400,00€ (setecentos e trinta seis mil e quatrocentos euros), sendo o valor previsível dos proventos, (receita) de 804 000,00€ (oitocentos e quatro mil euros), obtendo-se assim um resultado líquido de 67 600,00€ (sessenta e sete mil e seiscentos euros).

Postos à discussão, depois de debatidas e esclarecidas as questões colocadas, foram os documentos em causa colocados à votação, que mereceram aprovação por unanimidade.

Seguidamente passou-se ao ponto dois: - "Outros assuntos e informações de interesse geral". Pedida e concedida a palavra ao Sr. Presidente da Direção, para dar conta de um parecer da Segurança Social sobre a falta de coerência que existe entre os novos Estatutos e teor das atas 82 e 83 referentes ao ato eleitoral e tomada de posse, respetivamente, no que respeita à designação dos membros da Direção. Assim, onde é referido "suplente" deve passar a considerar-se "Vogal" como consta no artigo 29 dos referidos Estatutos. Esta alteração foi aprovada por unanimidade.

Foram abordados diversos assuntos cujo conteúdo não se entendeu digno de registo. Por fim, foi autorizada a Direção a estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, no sentido de em conjunto, serem criados e desenvolvidos projetos e investimentos, que visem a melhorar a sustentabilidade económica da instituição, podendo para tal concorrer a financiamentos público, privado e a fundos comunitários, nomeadamente ao programa Portugal-2020. Por nada mais haver a tratar, deu-se a sessão por terminada, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida, foi lida em conformidade e aprovada e vai ser assinada.

Ilma Adelaide Oliveira Montenegro Pereira

Joana Alexandra Casimiro Boas

António Manuel Garcia Brás

ATA 184/2017

Aos cinco dias do mês de Novembro de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Direcção da Associação dos Amigos de Pera, na sua sede à hora marcada.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, José Antão Escalera, que verificou haver condições para o ato, começou por fazer um balanço do que de mais importante aconteceu no anterior mês ao nível de todas as valências.

De seguida foram apresentados os documentos referentes ao Programa de Acção e Orçamento para o ano 2018 elaborados conjuntamente com a contabilidade. Depois de devidamente explicados e dadas as respostas às questões colocadas, foram os mesmos aprovados por unanimidade, pelo que serão remetidos aos restantes órgãos (Conselho Fiscal e Assembleia) para parecer e aprovação.

Foram apresentados e validados, documentos relativos a contas de gestão mensal (despesas e receitas), contratos de prestação de serviço das valências e admissão de utentes, assim como relatórios do funcionamento das diversas valências, apresentados pelas diretoras técnicas.

Por nada mais haver a tratar, deu-se a sessão por



terminada, da qual foi lavrada a presente ata, que após
- lida, foi lida em conformidade e aprovada e vai ser
assinada.

Manuel Antonio Matias

Manuel Antonio Matias

Andree Sofia Casimiro Beab

Isabel Pariz Oliveira Romeros

ATA 45/2017

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e dezassete, pelas 10 horas, reuniu em sessão ordinária, na sua sede, o Conselho Fiscal da Associação dos Amigos de Pera (AAP), tendo como ponto único da ordem de trabalhos, dar parecer sobre o Programa de Ação e Orçamento para o próximo ano (2018), em cumprimento da alínea b) do artigo trigesimo sétimo dos Estatutos. Aberta a sessão pelo seu presidente, José Manuel Justino, que após verificar estarem reunidas as condições para o ato deu a conhecer os documentos de suporte ao programa de Ação e Orçamento para o ano 2018, remetidos a este Órgão pela Direção. Da análise aos referidos documentos, regista-se rigor na previsão dos objetivos a atingir e contenção nas despesas, evitando-se cenários irrealistas, face à conjuntura económica do país. Desta forma, foram os mesmos documentos postos a votação que mereceram aprovação por unanimidade. Registando-se que o valor previsível para os custos (despesas) seja de: 736 400,00€ (setecentos e trinta e seis mil e quatrocentos euros), sendo o valor previsível dos proventos (receita) de 804 000,00€ (oitocentos e quatro mil euros), obtendo-se assim um resultado líquido de 67 000,00€ (sessenta e sete mil e seiscientos euros).

José Manuel Justino
Rúcia Heino Lucas Monteiro
Carlos Manuel Gonçalves Matias